

12º IGF 2017 – GENÈVE – 18 a 21 de dezembro de 2017

Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

Breve relato dos principais temas discutidos nas reuniões que acompanhei

1. Main Session – Os impactos econômicos e sociais da transformação digital

<http://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2017-main-sessions>

Ganharam destaques nas sessões principais de abertura do IGF temas como bloqueios na Internet por provedores de acesso, tanto por conta de insuficiência de infraestrutura, especialmente nos países em desenvolvimento, quanto por conta dos planos comercializados com a grande massa de consumidores que têm como tônica a restrição da quantidade de dados a ser utilizada a cada mês, associado a prática de zero-rating que tem reforçado a escala monopolistas de atuação das principais plataformas.

Representante da Telefônica destacou os bloqueios às aplicações de mensagem, como no caso do Whatsapp e fez menção também a problemas relativos ao processos eleitorais nos diversos países.

Houve também manifestações, como a do Raul Echeverria da ISOC defendendo a criptografia. Paul Nicholas – diretor do setor de estratégias de segurança da Microsoft também reforçou a importância do uso de criptografia, tendo chegado a afirmar que “a criptografia salva vidas”.

As fake news também foram referidas por Frank La Rue, apontando que o termo “notícias falsas” é uma armadilha que tem sido usada para nos dissuadir de ler notícias, pensar notícias sobre as notícias e de defender a liberdade de imprensa em que acreditamos. Afirmou que o desacordo com uma notícia ou um erro cometido por um jornalista não pode ser classificado e abordado como parte desse conceito e que deveríamos usar os termos “informação” ou “desinformação”, quando a intenção de desinformar for deliberada. Expressou sua preocupação com a abordagem que o assunto

vem tomando, por conta dos riscos à liberdade de expressão e à liberdade de imprensa e à democracia.

2. Emerging Data Protection in Latin America

<https://igf2017.sched.com/event/CTrJ/emerging-challenges-for-data-protection-in-latin-american-countries-ws113>

Mesa proposta pelo Secretário Geral do CGI – Harmut Glaser e pelo NIC.br, tendo contado com a participação do conselheiro Luiz Fernando Martins Castro e de Danilo Doneda, entre outros participantes de países da América Latina.

O relato de representantes de países como a Argentina, Colômbia e Chile, que possuem leis de proteção de dados pessoais, foi no sentido de que a ausência de uma autoridade garantidora tem comprometido o enforcement quanto os direitos em vigor.

Nesses países, conflitos envolvendo uso indevido de dados ou de vazamentos têm sido resolvido no âmbito do Poder Judiciário, trazendo grau de incerteza indesejado tanto para os cidadãos quanto para os agentes econômicos.

Danilo Doneda expôs fazendo referência a documento que traz parâmetros básicos para proteção de dados no âmbito do Mercosul.

3. DC on Net Neutrality

<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/dynamic-coalition-on-network-neutrality>

Um dos coordenadores da Coalizão sobre Neutralidade é Lucca Belli, hoje na FGV do Rio de Janeiro.

Representante da União Europeia / Berec relatou que a orientação tem sido de regulação leve sobre neutralidade da rede privilegiando o caráter ex post da definição de regras para solução de conflitos. Afirmou que não prepondera a ideia de que a neutralidade da rede seria um entrave para a inovação.

Ponderou que as orientações do Berec deixaram o tema da neutralidade numa zona cinzenta e com incertezas.

Relatou que dos 28 reguladores nacionais apenas 4 se pronunciaram no sentido de que o zero rating não representaria em alguma medida problemas concorrenciais ou violação à neutralidade da rede.

Os diversos relatos foram consensuais no sentido de que o tipo de dispositivo utilizado para acessar a Internet termina por influenciar o respeito à neutralidade da rede.

A diferença entre os países onde o acesso se dá massiva e principalmente por planos móveis e pré-pagos ou planos ilimitados e pela rede fixa levam a que haja diferenças na interpretação sobre o zero rating, como por exemplo a Índia e os países europeus.

Nos países em desenvolvimento, a prática do zero rating se dá de forma análoga ao que ocorre no Brasil, com oferta de planos com volumes de dados bastante restritos e não tarifação dos pacotes de dados do Facebook e WhatsApp basicamente.

4. Shutdowns Assessing implications of Internet according to Internet governance principles

https://www.intgovforum.org/multilingual/index.php?q=filedepot_download/5902/860

Essa mesa contou com a moderação do conselheiro Thiago Tavares, bem como com a participação de Carlos Affonso do ITS e de representantes do Ministério Público Federal do Brasil, entre outros expositores.

O centro das discussões se deu em torno dos bloqueios de aplicações de mensagens bem como seus impactos econômicos, políticos e para o exercício de direitos humanos, como liberdade de expressão.

Além dos bloqueios por descumprimento de ordem judicial, como ocorreu no Brasil, em virtude da resistência do WhatsApp em fornecer informações de comunicações privadas no âmbito de investigações criminais, houve manifestações destacando que os planos pré-pagos praticados em larga escala pelos provedores de conexão a Internet quando impedem o acesso ao final do volume de dados contratados também são considerados bloqueios;

destacou-se que existem bloqueios comerciais e políticos e que ambos comprometem a democracia.

Ao tratar dos bloqueios de aplicações foi ressaltada a necessidade de que governos e poder judiciário observem o princípio da proporcionalidade, a fim de evitar que condutas ilícitas individuais penalizem toda uma coletividade.

5. IOT and cybersecurity. Regulation will save the day?

<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2017-day-2-room-xxiv-ws123-internet-of-things-and-cyber-security>

A abertura da mesa contou com relato no sentido de que a regulação no caso de Internet of the Things deveria se dar com base em princípios gerais, tendo em vista a forte dinâmica deste mercado.

Milton Muller defendeu um sistema legal no lugar de regulação propriamente dita, de modo a garantir “liability” e responsabilidade. Apontou como problemas para a regulação: o caráter transfronteiriço dos serviços utilizados no âmbito da Internet; e a suposta dualidade entre proteção do consumidor ou da rede.

O representante da Comissão Europeia (Mr. O’Donohue) afirmou que é necessário pensar num caminho de normativas flexíveis e na definição de estruturas para o mercado. Porém, destacou a importância de se privilegiar o tratamento do tema com base em estudos da academia e não diretamente com a indústria, assim como de se criar regras que efetivamente protejam a privacidade.

Marteen Botterman afirmou que só a regulação não adianta e ponderou que haverá dificuldades consideráveis para a implementação da GDPR e por isso também defendeu que se deve privilegiar a regulação mais principiológica e eficiente para incentivar a indústria a adotar posturas que respeitem a privacidade.

Arthur van Wees (Institute for accountability and Internet democracy) afirmou ser essencial a existência de regras que estabeleçam garantias mínimas e que é necessário “mais músculo e enforcement” e destacou a importância de se adotarem regras que garantam o direito de escolha do consumidor.

6. Fighting Fake News, Protecting Free Speech: Global Perspectives on Combating Online Misinformation

<https://www.intgovforum.org/multilingual/content/igf-2017-day-2-room-xi-ws197-fighting-fake-news-protecting-free-speech-global-perspectives>

Destaco a fala de Dunja Mijatovic (especialista em direito da comunicação – eleita em janeiro de 2018, como membro do Conselho da Europa para os Direitos Humanos), no sentido de que o termo fake news é impreciso e que na realidade trata-se de desinformação, como sustentam defensores dos direitos humanos.

Ressaltou que se trata de conceito muito antigo que ganhou uma nova vida através das mudanças na forma como consumimos e produzimos notícias e que as fake news se revelam como um conceito tão antigo quanto a humanidade e que toda essa recente movimentação em torno de fake news tem sido usada especialmente por políticos para deslegitimar o jornalismo e as manifestações de liberdade de expressão na Internet.

Fez referências a iniciativas de alguns países de tipificar a desinformação, como aliás vem acontecendo no Brasil, onde há uma série de projetos de lei cuja proposta é no sentido de alterar o art. 19 do Marco Civil da Internet, para que conteúdos sejam retirados sem a necessidade de prévia ordem judicial, e de criminalizar a livre manifestação do pensamento.

Diante das iniciativas de governos e políticos para evitar fake news, levantou a questão de quem irá dizer o que é ou não verdade e, mais, por que deveríamos confiar em qualquer agência do governo ou em qualquer mecanismo de busca ou intermediário que se atribuam o poder de dizer o que é certo e o que está errado?

Afirmou que o pacto democrático implica em termos de aceitar que temos de conviver com as manifestações com as quais concordamos e com as quais não concordamos também e que é este quadro que representa a liberdade de expressão.

Considerou, por outro lado, que é necessário encontrarmos a linha tênue entre enfrentar notícias abusivas e que afetem negativamente as sociedades e defender a liberdade de expressão.

Fez menção também às situações em que a divulgação de notícias falsas e discursos de ódio têm afetado eleições.

Defendeu que os governos invistam mais em medidas para incentivar o que chamou de alfabetização midiática e alfabetização na Internet, do que mobilizar órgãos públicos para promover correção de notícias falsas, como forma de fortalecer a democracia, com a proteção da liberdade de expressão e liberdade da mídia.

Na era da Internet, “com possibilidades ilimitadas de disseminação de informação, lidar com o fenômeno torna-se mais desafiador, mas isso não é novo. Histórias ultrajantes e chocantes estão sendo compartilhadas através das mídias sociais, atingindo um público cuidadosamente direcionado, sem controle, sem filtragem, e quanto mais sensacional e conflituoso eles são, mais lucro eles geram”.

Enfim, defendeu que o enfrentamento da desinformação se dê especialmente com medidas educativas e com a preservação da liberdade de expressão, sob pena de se comprometer as democracias.

7. NRIs Collaborative Session: Learning from the NRIs: exchanging experiences and insights on data retention, government access to data, and data

<https://dig.watch/sessions/nris-collaborative-session-learning-nris-exchanging-experiences-and-insights-data-retention>

Essa mesa teve como moderadora Jamila Venturini e contou também com a participação do Bruno Bioni. Falei pela Coalizão Direitos na Rede. Segue abaixo o texto da minha intervenção.

As a member of both the Coalition of Rights in the Network and as a representative of the Brazilian Civil Society in the Internet Steering Committee in Brazil (CGI.br), I have supported the civil society in addressing sensitive and fundamental issues for Internet users to the multistakeholder institutional environment Internet governance.

The Coalition of Rights in the Network is a collective of organizations on fundamental rights, communication and consumer's rights, advocacy, activists and academics. It started in June 2015 and since then has gained relevance in the various debates regarding the use and development of the Internet in Brazil.

Among the various topics considered as priorities by the Coalition is the recognition of the strategic importance of approving a Personal Data Protection Law in Brazil.

Although Brazil's Civil Law of the Internet, a Law that was enacted in 2014, brings important references about data, it is a principles based law which defined guidelines to the use and development of the Internet and, therefore, does not provide the enough degree of details to regulate the collection, treatment and use of data by enterprises and governments.

Further, so far, we have not succeeded in approving a data protection law that reflects the conjunction of forces of the various sectors involved.

There is a lot of pressure from companies in lowering data protection standards, or at least not changing the current status quo. Moreover, the civil society lacks awareness of the importance and urgency of the issue, due to a false and widespread perception that protecting privacy is not something that is feasible any longer.

Such scenario is very negative, as it leaves citizens in a situation of vulnerability, susceptible to harms derived from the digital environment, a problem that will be worsened by the rise of the Internet of Things.

People are generally not aware that personal data is the new oil of the world economy and a resource of great commercial and political value. For this reason, we will promote digital literacy, which involves awareness of the importance of protecting personal data and digital rights.

People believe that platforms and applications are offered for free and this has been one of the main barriers in engaging and mobilizing users towards, as well as raising awareness for these issues.

Most people do not understand the trade-offs involved, such as the large scale data collection, as well as right infringements such as algorithmic discrimination, violations of the freedom of expression and freedom of choice.

The vast majority of the population is not able to take any measures against abuses in the use of personal data by the private or public sectors. And serious abuses have been occurring on a large scale in Brazil.

In fact, such law has existed for over 20 years in Europe. In Latin America, eight countries have already enacted such rule.

So, in an effort to raise awareness for the issue of personal data protection, the Coalition developed the campaign named "You Are Your Data", launched in October 2017. The campaign depicts different ways through which our personal data is exploited, revealing sensitive information about our lives.

Finally I want just highlight the political impact of the unregulated personal data use. Brazil will hold presidential elections in 2018, and the electoral campaign raises several concerns such as the ones related to abusive uses of personal data and the spread of false information. Thus, working on digital literacy is one of our priorities, as well as educating the population of the potential democratic harms related to the misuse of personal data.

For all these reasons, we urge the international community to support our efforts in getting a data protection law enacted in Brazil. Such support would not only help us protecting rights and avoiding abuses against democratic safeguards, but would also greatly contribute towards strengthening international commerce and cooperation.

São Paulo, 3 de maio de 2018

Flávia Lefèvre Guimarães